

Abolicionismo

O abolicionismo sempre foi um movimento político autônomo.

Os Papas

Os papas da época dos descobrimentos europeus em África, Ásia e América, prosseguindo na senda¹ dos Padres da Igreja e de seus antecessores, combateram a "iniquidade" da escravidão e a subjugação dos povos não europeus.

Em 13 de janeiro de 1435, através da bula *Sicut Dudum*, o papa Eugénio IV mandou restituir à liberdade os cativos das ilhas Canárias, para efeito de estabelecer, a estes, a justiça.

Em 1462, o papa Pio II (1458-1464) deu instruções aos bispos contra o tráfico de negros provenientes da Etiópia; o papa Leão X (1513-1521) despachou no mesmo sentido para os reinos de Portugal e Espanha.

Em 1537, o papa Paulo III (1534-1549), através da bula *Sublimus Dei* (23 de maio) e da encíclica *Veritas ipsa* (2 de Junho), lembrou, aos cristãos, que os índios "das partes ocidentais, e os do meio-dia, e demais gentes", eram seres livres por natureza. (1550-1551 : Controvérsia de Valladolid)

Nunca, no entanto, a escravatura foi proibida até ao século XIX, e sempre os papas se dirigiram a casos pontuais.

Tanto que, por várias bulas, Portugal tinha privilégio do comércio de escravos, mas não de fazer escravos.

O papa Gregório XIV (1590-1591) publicou a *Cum Sicuti* (1591) e, nos séculos seguintes, se pronunciaram, também, os papas Urbano VIII (1623-1644), na *Commissum Nobis* (1639) e Bento XIV (1740-1758) na *Immensa Pastorum*[9] (1741). No século XIX, no mesmo sentido, se pronunciou o papa Gregório XVI (1831-1846) ao publicar a bula *In Supremo* (1839).

¹**Senda** : La Voie, le Chemin. Sendeiro ou Caminho, é o termo técnico empregado em escolas de [religião](#) ou [filosofia esotérica](#) para designar um suposto percurso de progresso espiritual daquele que aspira à [iluminação](#), à união com o divino ou a alguma espécie de [iniciação](#).

Em 1888, o Papa Leão XIII, na encíclica *In Plurimis*, dirigida aos bispos do Brasil, pediu-lhes apoio para o Imperador D. Pedro II e a sua filha a princesa D. Isabel, na luta que estavam a travar pela abolição definitiva da escravidão.

Portanto, apenas um papa, no século XIX, fez uma condenação à escravatura pelo que ela se tinha tornado, e estando já num tempo em que o próprio conceito estava já alterado.

O comércio de escravos que, no renascimento, Portugal tinha iniciado em África, tinha sido louvado pela Cristandade como um feito caritativo que foi celebrado por Miguel Ângelo na parede principal da Capela Sistina na cena "Resgate dos escravos", onde aparece Portugal a lançar um rosário e a puxar, nele, a África e a Ásia.

Portugal

O Reino de Portugal, pela mão do Marquês de Pombal, primeiro-ministro do rei dom José, aboliu a escravidão nos seus territórios a 12 de fevereiro de 1761, passando Portugal a ser o pioneiro no abolicionismo.

Contudo, esta abolição seria apenas do tráfico de escravos, não sendo a escravatura ilegal, pela grande extensão de território e dificuldade de controle, muitos negreiros continuaram a fazer transporte dos escravos africanos para a América espanhola e portuguesa.

No início do século XIX, juntamente com a Grã-Bretanha, Portugal proibiu novamente o comércio de escravos e, em 1854, por decreto, foram libertos todos os escravos que restavam.

Dois anos mais tarde, também foram libertos todos os escravos da Igreja Católica nas colónias. A 25 de fevereiro de 1869, produziu-se finalmente a abolição "prática" e completa da escravatura no Império Português.

Em 1930 morreu a última escrava em Portugal com 120 anos de idade.

Abolicionismo

Brasil

Como parte integrante de Portugal, o Brasil recebeu a abolição igualmente a 12 de fevereiro de 1761.

Posteriormente, os movimentos revolucionários independentistas, particularmente a [Conjuração Baiana \(1798\)](#), pretenderam, também, retirar a condição de escravos àqueles que já o eram, e aproveitar a revolta destes contra os seus senhores, contando assim com maior facilidade no processo revolucionário contra Portugal.

No que diz respeito ao período imperial brasileiro, já fazia parte dos planos de [Dom Pedro I](#) libertar os escravos, tendo ele enfatizado em diferentes momentos de sua vida o fato de que seu sangue era da mesma cor do sangue dos escravos.

Pedro I queria acelerar o processo de revolução industrial no Brasil com a libertação dos escravos e por duas vezes tentou libertá-los.

A primeira no ano da [Independência do Brasil \(1822\)](#), e a segunda no ano da constituinte de 1824 sendo que em ambas as ocasiões o projeto foi completamente rejeitado pelo parlamento.

Como o Brasil não era uma monarquia absolutista mas uma monarquia constitucional parlamentarista, e como o imperador possuía apenas um poder moderador, a sua voz pouco contou.

Dom Pedro II, filho de Pedro I, herdou do pai o vigor abolicionista. Por diversas vezes Pedro II tentou abolir a escravidão, mas toda vez que levantava a discussão, o parlamento dizia que a abolição da escravidão era uma vontade dele e não do povo. As discussões adquiriam relevância a partir de [1850](#) e caráter verdadeiramente popular a partir de 1870, mas apenas atingiram seu fim com a Lei do ventre livre em Lei do Ventre Livre, também conhecida como Lei Rio Branco, foi uma lei apresentada na Câmara dos Deputados em 12 de maio de 1871, sendo promulgada em 28 de setembro do mesmo ano com a [Lei Áurea](#) (13 de maio de 1888).

Fontes :

<http://wikipedia.pt>

<https://guiadoestudante.abril.com.br>

<https://www.lume.ufrgs.br/>